



Anais da Assembléia

Nº 80

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 07 DE AGOSTO DE 1975.

ANO I

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Accioly Netto

Vice: Waldenício Barbalho

Membros Efetivos:

ARENA — Fabiano Braga Cortes, Accioly Netto, Dácio Leonel, Ezequias Losso, Luiz Roberto Soares, Ivan Rüppel.

MDB — Nilso Sguarezzi, Deni Schwartz, Waldenício Barbalho, Enéas Faria, Adalberto Daros.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA — Jurandir Messias, Basílio Zanusso, Wilson Fortes, Jorge Sato, Werner Wanderer, Luiz Alberto Oliveira.

MDB — Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk, Otássio Pereira.

Secretário: Rita Celestino Soares.

Reuniões: 4^{as} feiras, após a Sessão plenária.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente: Quielse Crisóstomo

Vice: Lúcio Machado

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Quielse Crisóstomo, Gilberto Carvalho, Aragão de Mattos Leão, Gabriel Manoel.

MDB — Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA — Luiz Roberto Soares, Accioly Netto, David Federmann, João Cioni Netto.

MDB — Domício Scaramella, Edilson Alencar.

Secretário: Teresinha Barbosa Moura e Claro.

Reuniões: Coordenadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Presidente: Egon Pudell

Vice: Jayme Rodrigues Carvalho

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Egon Pudell, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto.

MDB — Domício Scaramella, Jayme Rodrigues Carvalho.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA — Alfredo Gulin, David Federmann, Ivan Rüppel.

MDB — José Domingos Scarpelini

Secretário: Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões: Coordenadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Presidente: Aragão de Mattos Leão.

Vice: Ernesto Dal'Oglío

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Quielse Crisóstomo, David Federmann, Aragão de Mattos Leão

MDB — Ernesto Dal'Oglío, José Domingos Scarpelini.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA — Luiz Roberto Soares, Gabriel Manoel, Ezequias Losso.

MDB — Otássio Pereira.

Secretário:

Reuniões: Coordenadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TURISMO

Presidente: Nelson Buffara

Vice: Gilberto Carvalho

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Wilson Fortes, Jurandir Messias, Gilberto Carvalho.

MDB — Adalberto Daros, Nelson Buffara.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA — Quielse Crisóstomo, Werner Wanderer, João Cioni Netto.

MDB — Ernesto Gnoato

Secretário: Maria Stella Maeder do Amaral Gurgel.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Presidente: Jorge Sato

Vice: Antonio Facci

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Fuad Nacli, Wilson Fortes, Jorge Sato, Egon Pudell.

MDB — Antonio Facci, Trajano Bastos, Domício Scaramella.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA — Luiz Alberto Oliveira, Ivan Rüppel, Lázaro Dumont, Rosário Pitelli.

MDB — Valter Pietrângelo, Deni Schwartz.

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Luiz Alberto Oliveira

Vice: Otássio Pereira

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Luiz Alberto Oliveira, Alfredo Gulin, Lázaro Dumont.

MDB — Ernesto Dal'Oglío, Otássio Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA — Basílio Zanusso, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

MDB — Lúcio Machado.

Secretário: Marlene Couto de Cristo.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Presidente: Rosário Pitelli

Vice: Nelson Buffara

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Jurandir Messias, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

MDB — Edilson Alencar Barbosa, Nelson Buffara.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA — Gabriel Manoel, Egon Pudell, Gilberto Carvalho.

MDB — Osvaldo Macedo
Secretário: Maria Aparecida Amaral
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE POLÍCIA

Presidente: Werner Wanderer
Vice: Jayme Rodrigues de Carvalho
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Rosário Pitelli, Werner Wanderer, João Cioni Netto.
MDB — Jayme Rodrigues de Carvalho, Nilso Sguarezi.
MEMBROS SUPLENTEs:
ARENA — Wilson Fortes, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso.
MDB — Hélio Manfrinato.
Secretário:
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Basílio Zanusso
Vice: Lineu Turra
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Basílio Zanusso, Francisco Scorsin, Luiz Alberto Oliveira.
MDB — Lineu Turra, Osvaldo Macedo.
MEMBROS SUPLENTEs:
ARENA — Wilson Fortes, João Cioni Netto, David Federmann.
MDB — Valter Pietrângelo.

Secretário: Lélío Guimarães Sotto-Maior
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Presidente: Francisco Scorsin
Vice: Ernesto Gnoato
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Basílio Zanusso.
MDB — Ernesto Gnoato, Hélio Manfrinato.
MEMBROS SUPLENTEs:
ARENA — Werner Wanderer, Aragão Mattos Leão, Ivan Rüppel.
MDB — Domício Scaramella.
Secretário: José Tavares Canto Filho
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Presidente: Alfredo Gulin
Vice:
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Alfredo Gulin, David Federmann, Fuad Nacli.
MDB — Lineu Turra, Valter Pietrângelo.
MEMBROS SUPLENTEs:
ARENA — Egon Pudell, Jorge Sato, Francisco Scorsin
MDB — Jayme Rodrigues de Carvalho.
Secretário: Roberto Diniz Satyro
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 116ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 1975 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Mauricio Fruet e David Federmann.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Luiz Carlos Zuk (49), achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aguinaldo Pereira Lima, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Luiz Roberto Soares e Quielse Crisóstomo (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 79/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 56/74, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Tomazina, Ambulância Willys ano 166 e dá outras providências. Parecer favorável ao Veto.

OSR. DOMICIO SCARAMELLA — (Para discutir) Sr. Presidente, apenas com relação ao veto apostado pelo Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 56/74, lamentamos e queremos apresentar um adendo, apesar do número dos Srs. Deputados ser mínimo. Lembro que este veto do Governador vai custar aos cofres públicos dez mil e oitocentos cruzeiros e a ambulância que o ilustre Deputado Gabriel Manoel pensou em doar ao município de Tomazina, naturalmente um veículo de 66, talvez custasse 50 por cento do custo desta sessão extraordinária.

Queremos que isto conste da Ata. Não estamos com procuração do Deputado Gabriel Manoel, mas lamentamos que o Governador do Estado não tivesse destinado o custo desta sessão extraordinária para a aquisição deste veículo, já imprestável para uso do Estado.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O valor da despesa da sessão extraordinária é maior do que o que pretende o projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O SR. DÁCIO LEONEL — (para discutir) Sr. Presidente, venho a esta tribuna apenas para pedir a devida permissão, a fim de proceder à leitura de um dos tópicos da Mensagem do Sr. Jayme Canet Junior,, a justificativa com referência ao veto ao Projeto de Lei nº 56/74:

Diz S. Exa.: "O não acolhimento ao Plano de Lei em exame decorre da impossibilidade de efetivar-se a pretendida doação;

tendo em vista as informações prestadas pelo Departamento Estadual de Administração de Material, as quais esclarecem que o veículo em questão foi vendido, através de concorrência pública nº 5/74, de 5 de setembro de 1974, por ter sido julgado inservível”.

Disse, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a Proposição nº 79/75. Em votação. **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 08, sexta-feira, às 9:30 horas, com Ordem do Dia anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA **ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA** **REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 1975**

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Mauricio Fruet.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Domicio Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Wilson Fortes, e Luiz Carlos Zuk (49), achando-se ausentes os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Luiz Roberto Soares e Quielse Crisóstomo (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, solicitando regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 25/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Rodrigues, residente em Rosário - Distrito de Grandes Rios.

Homem que sempre se dedicou à comunidade e ao desenvolvimento da região.

Requer ainda, após aprovado o presente, seja enviado telegrama à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1975.

a) **FABIANO BRAGA CORTES**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo passamento do Sr. HELMUTH WEISS, comerciante, industrial, agricultor, no município de Goioerê, neste Estado, ocorrido no dia 31 de julho próximo passado.

Outrossim, após aprovado o presente, solicita seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1975.

a) **JAYME RODRIGUES CARVALHO**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de regozijo à Polícia Militar do Estado, pela passagem no próximo dia 10, do corpete de seu 121º aniversário de fundação.

Ligada às mais legítimas tradições do povo paranaense, a Corporação, em mais de um século de atividades, incorporou-se à história de nosso Estado e da Nação, constituindo-se em motivo de orgulho à nossa gente.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Exmo. Sr. Comandante da P.M.E., cumprimentando-o e a todos os seus integrantes pela expressiva efeméride.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1975.

a) **MAURICIO FRUET.**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir a colenda Casa, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, que informe a esta Casa:

a) Quando e qual a data da publicação da concorrência pública, para construção da ponte sobre o Rio Xambrê, que liga o município de Francisco Alves ao Patrimônio Vila Nilza (Leomar), no município de Iporã.

b) Qual o montante da obra?

c) Se foi paga e a quem?

d) Quem prestou conta no caso do pagamento?

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1975.

a) **ERNESTO GNOATO**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, apelando no sentido de serem determinadas providências para continuidade dos trabalhos de retificação da estrada Teixeira Soares a Ponta Grossa, e consequente revestimento primário, por imperiosa necessidade de trânsito não só dos habitantes daquele município, hoje com grande produção agrícola, mas de outras regiões do Estado, pois em tempos de chuvas, a impossibilidade de tráfego é total, com sérios prejuízos à economia do povo e do próprio município.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1975.

a) **LINEU TURRA**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental requer a V. Exa. que após manifestação do plenário seja endereçado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, apelando no sentido de serem instalados Postos de Telefonia nas localidades de BRAGA NEY, PENHA, OURO VERDE, ANAY, IGUATU e LONGUINOPOLIS, no município de Corbélia, tendo em vista o grande desenvolvimento do município e carente de comunicação, tão necessário para uma população que vem contribuindo de forma extraordinária à economia do Paraná.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1975.

a) LINEU TURRA

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 97/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, uma Inspetoria de Ensino, no município de Terra Roxa, com jurisdição no município de igual nome e Guaira.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Terra Roxa, localizado a Oeste do Paraná, vem se destacando pelo seu crescimento populacional e agrícola, num dos melhores da região.

Seu potencial e desenvolvimento estudantil caracteriza a verdadeira necessidade da criação e instalação da devida Inspetoria.

O fator mais sério justifica-se pelas péssimas estradas existentes na região, tornando-se intransitáveis por ocasião de chuvas e constantemente, encontram-se veículos de cargas pesadas, encravadas.

A Inspetoria de Ensino de Mal. Cândido Rondon pelos motivos acima, deixa de dar assistência devida, para o ensino daquela Região.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Haveríamos de apresentar, hoje, um requerimento pedindo a emissão de uma sugestão ao egrégio Poder Judiciário do Estado do Paraná, relativamente a oportunidade que a matéria tem, desde que se fala em modificar a lei de Divisão e Organização Judiciária, que se encontra em fase conclusiva pela Comissão daquele Poder, constituída por três ilustres Desembargadores.

O assunto sobre o qual deveríamos formular o mencionado requerimento, tange-se ao cancelamento extra-judicial de protestos dos títulos e letras que os interessados poderiam se beneficiar. Ocorre que atualmente, não havendo disciplina legal para que o interessado possa cancelar títulos que ensejam o requerimento ou a petição de ação falimentar pelo foro competente, então entendemos, a exemplo do que já ocorreu no Rio Grande do Sul e também um provimento baixado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, provimento nº 4 de 14 de maio de 1975, há de ser uma matéria de grande relevância, posto que os interessados no cancelamento de títulos,

não têm amparo definido ou qualquer disciplinamento legal, não têm qualquer regulamentação na matéria, por isso deverão sempre recorrer à Justiça para que o cancelamento seja procedido.

Algumas comarcas adotam o princípio através de normas usadas pelo Juiz respectivo, de que o título poderá ser levados ao cancelamento, independente da intervenção do Juiz competente da comarca.

De nossa parte, entendemos que há necessidade de se disciplinar a matéria, através de um provimento de egrégia Corregedoria Geral da Justiça. E é neste sentido que gostaríamos de oferecer sugestão àquele Poder, objetivando a regulamentação da matéria, e facilitando o cancelamento desses títulos assim protestados.

Em São Paulo, tendo em vista a lei Falimentar, o Decreto nº 7661, se não me falha a memória, em seu artigo 10 fala dos títulos protestados para efeito de falência. No nosso Estado, não tem nenhuma relação de tratamento diverso das outras modalidades de protesto, para nós só existe uma modalidade de protesto de título que também enseja o pedido de falência.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que seu tempo está esgotado, e concede mais um minuto para o término de sua oração.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Então, tendo em vista o adiantado do tempo, apresentarei esta sugestão ao Poder Judiciário na sessão de amanhã, mas quero ainda aproveitar a oportunidade para louvar a atitude do Corregedor da Justiça Desembargador e nosso querido professor dos tempos acadêmicos, Athos Moraes de Castro Vellozo, a respeito do provimento que baixou e que entrou em vigor hoje. É referente à proibição do emprego de ornatos ou faixas coloridas, em certidões tiradas por motários, para evitar que as reproduções fotostáticas tragam problemas de lucidez nos documentos.

O nosso apoio e nosso elogio àquele Magistrado, àquele Juiz Superior do nosso Estado, pela visão lúcida com que baixou o ato que hoje entrou em vigor. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência registra com satisfação a presença do Vereador Ciro Correia, de Sertãoópolis, acompanhado do Deputado Dácio Leonel.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Declino, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "A imprensa paranaense divulga hoje a notícia de que o Deputado Federal Ítalo Conti, por ocasião da reunião da bancada da ARENA, na Câmara Federal deu conhecimento ao Líder do Governo Federal, Deputado José Bonifácio, de que vai solicitar a constituição de uma comissão de inquérito destinada a apurar a compra de hospitais pelo INPS, especificamente no Paraná e em São Paulo.

O caso paranaense já foi objeto de diversos comentários.

Segundo o próprio noticiário da imprensa, o Gal. Ítalo Conti teria afirmado que existem casos em que o INPS paga a compra de hospitais com terrenos de sua propriedade, cujos terrenos após a transação são vendidos a preços muito mais elevados.

Sem dúvida, o assunto é profundamente sério.

Desde que se comprova a desonestidade em tais transações, desde que se configurem negociatas, estou mais do que seguro que as medidas punitivas serão determinadas pelo Governo.

No caso específico do Paraná, muito se comentou, mas é preciso que se esclareça de uma vez por todas a legitimidade da transação ocorrida ou então, que se confirmem as denúncias do "mau negócio" e, comprovada a lesão aos interesses públicos, que se apurem os culpados.

Tenho absoluta certeza que nenhum ato de corrupção ficará impune e nisto o Governo Revolucionário já está cansado de dar provas.

Deixo assim, desta tribuna, o meu registro de solidariedade e apoio ao Deputado Federal Ítalo Conti, pela sua alta preocupação em defender os interesses do povo, defendendo ao mesmo tempo os interesses do próprio Governo na sua luta de fazer prevalecer a moralidade no exercício da função pública.

Era este o registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que gostaríamos de fazer nesta tarde".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda há poucos dias, o Sr. Presidente da República ofereceu à Nação um discurso bastante longo em que pretendeu analisar a situação política presente, de estabelecer normas e condutas pelas quais julga que os políticos lhe vão obedecer.

Logo depois, em resposta a este pronunciamento que foi frustrante, desestimulante, na atividade política o Presidente Nacional do MDB, Deputado Ulysses Guimarães, divulgou uma nota em que define não somente sua posição pessoal, não somente eu acredito, a posição do MDB, mas a posição de todas as inteligências honestas e corretas deste País, com relação ao momento político presente. E no momento de tamanha importância e de tamanha lucidez, devem ser lidos da tribuna desta Casa, para que conste dos Anais, e para que amanhã, quando se inquirir a história política deste País, saibam os pósteres, que houve neste momento quem pensasse, quem iluminasse caminhos, e quem tivesse a coragem de dizer a verdade da qual deveria assumir.

Leio, Sr. Presidente, para conhecimento desta Casa, para registro dos seus Anais, e nota do grande brasileiro, Ulysses Guimarães.

É a seguinte: (Lê):

"Confirmou-se o provérbio francês.

Mas isto muda, mas é a mesma coisa. A fala Presidencial espero que momentaneamente mudou a direção do trânsito.

Distensão, não é o rumo para a democracia mas a continuidade do AI-5, do Decreto-lei 477, a inaceitabilidade da anistia.

Surpreendidos pela inversão do sinal, os que pensavam que trafegavam para a liberdade, ficaram a contramão e ameaçados de penas furibundas.

O Estado de Direito passou a ser "o chamado Estado de Direito", duas vezes apelidado: pelo "chamado" e pelas aspas.

Não é saudosismo e sim dogma de direito público, forjado pela experiência dos povos, a verdade de que só existe democracia onde há divisão, separação e independência de Poderes. Isto porque só o poder pode conter o poder. É a clássica e indesmentida formulação, que levou Montesquieu a validamente advertir: "Todo homem que detém o poder é levado a dele abusar".

Mil exemplos — as duas últimas guerras mundiais fornecem os mais trágicos — documentam o perigo do poder indiviso para a Humanidade e para os cidadãos, exorcisado pelo genial girondino.

No Brasil atual, o Presidente da República exerce o Poder Executivo, do e sobre o Poder Legislativo, dispõe dos poderes de cassar mandatos outorgados pelo povo; colocar em recesso o Parlamento; procrever "ad aeternum" brasileiros da vida pública pela "suspensão" dos seus direitos políticos, legislar desimpedidamente nos hiatos congressuais por ele próprio decretados e

pela via dos decretos-leis e da delegacia legislativa; absorver praticamente a competência da iniciativa das leis; responder, se e quando quiser, os pedidos parlamentares de informações ou não fazê-lo; e, finalmente, se assim o entender, emudecer pela censura o Congresso e a discordância perante a Nação. Ainda do e sobre o Poder Judiciário, acumula os poderes de cassar cargos e direitos políticos dos juizes, inclusive os do Supremo Tribunal Federal, subtrair da apreciação judicial procedimentos com base nos Atos Institucionais e Complementares (art. 181 da Constituição Federal de 1969), bem como instâncias de segurança de superporem, anulando-o na espécie o habeas corpus, em casos de violência, coação, prisões indeterminadas ou suas ameaças.

Com a devida vênia, não se trata de "redução dos poderes do Executivo", como denuncia o honrado Chefe da Nação, mas da devolução de competências alienadas a seus legítimos titulares ou da erradicação de institutos antidemocráticos.

E quem os considera "excessivos" não é somente a Oposição, é o que universal e secularmente se entende como regime não do arbítrio unipessoal, mas da vontade geral da lei, inclusive pela Revolução, quando reiteradamente promete e adia o retorno à "normalidade democrática".

O MDB tem diagnósticos e até formulação precisas, em seu programa, na campanha que tem desenvolvido, com o endosso da maioria do povo brasileiro após o testemunho de 15 de novembro. Em nome da Oposição, convidei o Governo e a Arena para um diálogo franco e de boa fé, oferecendo ao debate teses e sugestões concretas para a reforma política inexecutável sem a reforma da Constituição de 1969. O conceito de "ultrapassado" não pode atingir os regimes de países que lideram no mundo a economia, a justiça social, a cultura e a inteligência, coincidentemente nações democráticas.

Foram aventadas concepções modernas, consubstanciadas em constituições recentes da França, Itália, Alemanha Ocidental, Japão, Suécia, além de outras.

É óbvio que a oposição não iria importar o modelo adotado por Idj Amin Dada, pois nada mais ultrapassado do que o governo baseado pela força.

Se edificantes e recentes exemplos de outros povos não servem, se as propostas políticas da Oposição são inaceitáveis e "passadistas", o que presta então? Afirmem à Nação e à Oposição, mas afirmem. Quem quer o fim, dá os meios".

Creio que desservê a todos a definição de hibridez que arastam por 11 anos o equívoco em que o País está metido, o perigoso caminho do impasse. Apesar do reconhecimento, tácito ou ostensivo, até por parte da Situação, quanto à precariedade e autoritarismo do AI-5, do Decreto-Lei 477, da subalternidade do Legislativo e do Judiciário, da violação impune das liberdades públicas, há a obstinação pela permanência imprevisível dos instrumentos do arbítrio. A Oposição recusa-se a crer que é imprescindibilidade do AI-5, mais do que necessária para combater a subversão, que se apregoa injugulada, se destine a conter artificial e compulsoriamente a situação social, que ainda não encontrou respostas justas e humanas por parte das administrações post 1964.

Os recursos à ironia e a increpações pejorativas aos interlocutores que convocam para um diálogo essencial ao Brasil..."

O SR. PRESIDENTE — (Apagam-se as luzes).

Fica suspensa a sessão até que retorne a energia elétrica, quando então continuará com a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

— (Reacendem-se as luzes).

Continua com a palavra, o Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — ... Nós esperamos que, com a mesma rapidez que voltou a energia elétrica, volte também a luz para iluminar a escuridão em que se envolve este País.

— (Continua a leitura):

"... configuram formas de escapismo que não iludem nem

convencem. Mesmo entre nós, no Estado Novo, a luta pela liberdade tinha irvectivas do tipo "voto não enche a barriga" e, "a lei..." fácil versão atual para a "Constituição, ora, a Constituição..."

Pelo MDB falou, com a seriedade, coragem e equilíbrio que lhe são peculiares, o Senador Roberto Saturnino, ao reiterar nossos compromissos com a democracia, registrados no programa e na ação partidária e parlamentar, advertindo, contudo, contra o risco do espantinho do comunismo, estimular a ofensiva de repressão brutal e iníqua contra cidadãos, ressuscitar o "mackartismo" e a "caça às bruxas".

A Oposição mais uma vez, comparece perante a opinião pública nacional e estrangeira, para afirmar, com nitidez e sem subterfúgios, a revogação do AI-5 e reforma da Constituição de 1969. São premissas inafastáveis para a implantação do Estado de Direito no Brasil. Assumindo a responsabilidade de prosseguir na luta, aguarda o diálogo, o escalonamento em etapas, se isso for requisito para a emancipação final, a proposta substitutiva de mecanismo de defesa do Estado, que não impliquem em ameaças à vida, à liberdade, à integridade física e ao patrimônio dos cidadãos.

As eleições de 15 de novembro, a distensão na censura aos meios de comunicação e os contatos com o meio político circunscritos à situação, são etapas democráticas que o País deve ao Presidente Geisel, brasileiro patriota e de bem.

A Oposição sabe que o poder sempre tem problemas com sua estrutura e com contradições internas. Sem a pretensão de procurador da história, para passar atestados em seu nome, o MDB, construtivamente, ainda não perdeu o alento de que o Governo Geisel nela ingresse pela estratégia final, apesar da frustração de alguns episódios, promotora do reencontro da Nação com o Estado.

Tal esperança desaconselha a Oposição a dizer como Giordano Bruno, filósofo italiano do Século XVI, frente à Inquisição e aos monarcas absolutistas da época: "Que ingenuidade a minha, ao pedir aos donos do poder a reforma do poder". Disse isso e nada mais disse, porque foi queimado".

Esta, Sr. Presidente, a nota do Presidente Nacional do MDB, que veio a merecer no dia seguinte críticas da parte do Presidente Nacional da ARENA, o Senador Petrônio Portela, que o qualificou de desrespeitoso ao Presidente da República. Na verdade, o que faltou ao Presidente Nacional da ARENA foi seriedade para analisar a nota do Presidente Nacional do MDB, quando se sabe que deputados de seu Partido, até nesta Casa, aprovam por inteiro os termos da nota de Ulisses Guimarães. O que mais surpreende é esta reação injustificada que ocasionou este documento tão sério e real para o momento presente.

Dizem que se alguém chamar o coxo de coxo, o coxo reage. Mas se chamar de coxo quem não é coxo, este não se incomoda.

Se houve desagredo é porque houve um coxo foi chamado de coxo e reconhece que é coxo.

Surpreende-me esta reação porque parte de quem não tem a mesma estatura moral e intelectual de Ulisses Guimarães para rebatê-lo. O que é salutar, o que é gratificante, Sr. Presidente, é que tenha causado tanta celeuma, uma simples nota saída da inteligência de um homem com a autoridade moral de Ulisses Guimarães, que quando no início desta Legislatura foi tomar posse na Câmara Federal, quando chamado, foi recebido sob os aplausos de todos os Deputados da ARENA e do MDB, que reconheciam a sua autoridade moral e intelectual. E pensar que apenas uma nota, de um homem desarmado, de um homem que sabe pensar, provoca tanto desconforto nos homens do Governo, nos elementos da situação. É verdade que os que têm força não se incomodam muito com os que têm idéias.

Já se tornou antológica a famosa resposta de Stalin, quando disseram que seu comportamento havia desagradado ao Papa. Teria dito ele: "quantas divisões tem o Papa?"

Aqui está Ulisses Guimarães, sem divisão, sem força, sem nenhuma arma a provocar constrangimento e desconforto aos homens do Governo quando fala a verdade que precisa ser dita.

E foi este mesmo Ulisses Guimarães que ofereceu à Nação um dos documentos mais sérios que a vida política já conheceu "Reforma com Democracia" e que de tão belo, tão saboroso, tão brilhante, não posso me furtar a ler, para conhecimento desta Casa, pelo menos sua introdução.

(Lendo): "Para atingir a normalidade democrática, entendendo que há matérias em que os anseios e necessidades da Nação poderão ser traduzidos no Parlamento, após ampla consulta e debate, pelo MDB e pela ARENA, através do consenso, reformando a Carta Constitucional de 1969. Existirão assuntos em que os caminhos serão paralelos, senão opostos.

Penso que o primeiro esforço é identificar as coincidências e corporificá-las em etapas objetivas da chamada distensão.

Uma coincidência, porém, é pré-requisito com força de preliminar: a sinceridade, a consciência responsável, por parte do Presidente da República, da ARENA e do MDB de ser o regime democrático o conveniente para o Brasil. Poder Constituinte, o Congresso o tem, é vontade política. É negada a hora de saber se o Governo e os Partidos existentes no País querem ou não exercê-la.

O MDB confirma seu compromisso perante a Nação: quer a normalidade democrática, como decorrência participará imediatamente com o Presidente Ernesto Geisel e a ARENA de um "front" comum para mobilizar e ouvir os setores representativos do País, para a elaboração de uma Constituição democrática, que contenha as supremas definições políticas, sociais, econômicas e de Justiça, necessárias ao povo brasileiro. É um convite de engajamento, nada tem a ver com o Governo de coalizão".

Foi esta a proposta de Ulisses Guimarães, atendendo ao convite do Presidente Ernesto Geisel, para encontrarem caminhos, indicarem solução e convidou para o debate, pleno, sincero, sem preconceitos, tanto que advertiu (lendo): "para que o MDB seja parceiro desse mutirão cívico, impõe-se definir o que seja "distensão". É o recavido conselho de Voltaire: "se queres discutir comigo, define primeiro os teus termos". Evita-se, assim, barulhento e ambíguo confronto de palavras. Distensão há de ser caminho e não ardil, viagem rumo à democracia. Distensão — Realidade, não distensão — boa intenção, de Ato, não de palavras".

"Não sendo isso, será jornada de equívocos, ao lado de "gradualismo", "descompressão", "normalidade democrática", mais uma palavra imprestável para a esperança de no Brasil legitimar o Estado pela Nação".

E continuava Ulisses Guimarães: "confio também que a ARENA, por muitos patriotas que nela militam e que respeito, afinal se aperceba de que são verdadeiros partidos sem verdadeira Democracia e que o toque de distensão é para combate real e não para manobras simuladas, em que belas e esperançosas palavras explodem como traques ou balas de festim, ruidosos porém inócuos".

A esse documento, a essa proposta séria, a Nação se encontra num novo desencontro. O que fazer depois do pronunciamento desestimulante, frustrado do Presidente da República? Ainda acreditamos, ainda confiamos, porque achamos que houve uma concessão à área mais rançosa e mais rancorosa deste País. Espero que uma concessão momentânea, espero uma concessão, daqueles muitos atos que são verdadeiras subversões, que temos conhecimento existem na Capital da República, muitos e muitos manifestos de áreas rançosas e rancorosas, que estão pondo em dúvida a posição do Presidente da República e de seu chefe do Gabinete Civil. São áreas que pretendem cada vez mais o endurecimento, o encaminhamento para um túnel escuro sem saída.

Mas o que não se pode admitir é que os homens que detém e falam em nome da Revolução neste País, permaneçam numa atitude maniqueísta e não queiram dialogar, não queiram o deba-

te, não queiram sentar à mesa das discussões, porque responsáveis e patriotas não são apenas os homens que detêm o governo, mas também os homens da oposição, não é apenas o Presidente da República, mas também o Presidente Nacional do MDB. Todos têm responsabilidade e todos querem a solução ideal, democrática e pacífica e desenvolvimentista para este País. Não é criar atitude maniqueísta. Num regime democrático, ninguém é "magister dixit", nem o Presidente da República. São todos participantes, todos discutem e analisam e nós do MDB não perderemos as esperanças e não nos desistiremos de lutar pela redemocratização do País. Esse é nosso compromisso. Mais do que um partido, o MDB é um movimento que congrega e agrega homens das mais variadas tendências e origens, que têm em comum um único ponto, a luta pela redemocratização. Enquanto houver necessidade de lutar pela redemocratização neste País, haverá necessidade de existir o MDB. Não com este nome, mas com qualquer outro nome, partido de homens e patriotas que querem estado de direito, que querem liberdade, que querem direitos e que se unirão a qualquer partido para se opor às arbitrariedades ao arbítrio e às vezes, até a insanidade de determinados atos.

Tendo para mim, logo nesta data de 11 de agosto que está próxima, quando se comemorará o aniversário da introdução dos cursos jurídicos no País, tenho para mim que neste País ainda se enverdonhará e procurará esconder no porão da história, documento tão trágico, tão infame, como o Ato Institucional número 5, que envergonha a consciência jurídica e civilizada de qualquer país do mundo.

Mas nossa missão é lutar para conseguir que o amanhã seja melhor. Os homens passarão mas esta Nação ficará.

É preciso que os homens que hoje detêm o poder e que pertençam a geração que já foi, compreendam que não podem no dia de hoje legislar e impôr situações do passado. Este País é composto, em sua grande maioria, por jovens, por novas gerações que ainda querem crer nos seus homens e nos seus líderes.

Se as gerações se sucedem de vinte e vinte anos como dizia Jefferson, qualquer lei ou qualquer situação que perdure por mais de vinte anos não serve aos vivos, mas serve aos mortos. Queremos um país para os homens do futuro, não queremos um país para os homens do passado, para os homens que já estão mortos.

A gente ainda espera e acredita, como disse o próprio Ulisses Guimarães "que ingenuidade a minha, ao pedir aos donos do poder a reforma do poder". E nós ainda pedimos aos donos do poder que reformem o poder porque ainda acreditamos e devemos acreditar e não temos mais em quem acreditar senão em quem detêm o poder para que forme a reforma do poder.

É por isto que venho hoje para objetivar o nosso pronunciamento, para terminá-lo completamente pedindo o apoio desta Casa, dos Deputados da Arena e do MDB a uma proposta séria, concreta e honesta que pretendemos fazer ao honrado e patriota Presidente da República, General Ernesto Geisel. Esperamos que ele como detentor do poder reforme, esperamos que ele como detentor de todos os poderes partilhe desses poderes, esperamos que ele como detentor de poderes absolutos partilhe com os demais também os poderes absolutos. Se não se puder partilhar com todo o País, não é próprio do regime democrático, se não se puder devolver a todo o povo o poder que deve dele ser emanado que, pelo menos, preserve a repartição dos Poderes — o Executivo, o Legislativo, o Judiciário.

E na célebre repartição de Montesquieu deve ser mantido e deve ser respeitado. Um poder não pode ser sobreposto ao outro, já que eles devem ser autônomos e independentes entre si como declara a Constituição que está em vigor.

Nós que advogamos e que defendemos o processo de redemocratização de forma incondicional e imediata admitimos e acatamos por estratégia e para melhor o reencontro de todas as políticas que o processo gradual, que o próprio Presidente da República propõe, seja aceito inclusive pelo MDB. O MDB já deu provas que quer colaborar, deu provas que aceita. E para não

perdermos as esperanças propomos agora que o Sr. Presidente da República partilhe dos poderes excepcionais que lhe são conferidos pelo Ato Constitucional nº 5 com os Presidentes do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, porque acreditamos que três inteligências pensam melhor do que uma. E para que todos os poderes não se concentrem nas mãos de apenas um homem, apresentamos a esta Casa e pedimos o apoio para esta proposição: (Lê):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que, após ouvido o Plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Presidente da República encaminhando sugestões desta Assembléia no sentido de que dentro do processo gradual e lento de redemocratização, e numa demonstração da honestidade de suas intenções de ver instalado neste País o Estado de Direito, haja por bem de, por sua iniciativa, dividir com os Presidentes do JUDICIÁRIO e do LEGISLATIVO os poderes excepcionais que lhe são conferidos pelo AI-5.

A adoção de tal providência igualará os 3 Poderes da República, que são independentes e harmônicos entre si, de acordo com a Constituição e permitirá que medidas excepcionais sejam tomadas por três inteligências responsáveis e não apenas pelo arbítrio de um só homem.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1975".

Esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha proposição, e espero que seja aprovada. Porque aprovando-a, trazendo-a a debate a questão institucional, nós estaremos dando, cada um, a sua contribuição para a redemocratização deste País, para a reconquista das franquias democráticas, para a reconquista da liberdade, para que amanhã, quando consultados sobre os que nós fizemos nesta hora, quando consultado e quando indagados sobre o que fizemos nesta longa noite por que vive o País, não venhamos a passar pelo mesmo constrangimento por que passou aquele pai inglês, quando o filho, vendo um fotografia de Londres destruída e destroçada pela guerra, pergunta ao pai, aonde ele se encontrava àquela hora, e o pai não teve resposta, tinha ficado em casa. Apenas chorou.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos C. Zuk, segundo orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Falávamos há meses passados desta tribuna, de que a SANEPAR, órgão este ligado diretamente a S. Exa. o Sr. Governador do Estado do Paraná, não teria como não teve, a condição de cumprir os convênios emanados em todo o Paraná.

Inicialmente, foi a Câmara de Vereadores da cidade de Pato Branco que remeteu a Ponta Grossa, a discórdia entre o município e a SANEPAR. Ontem ou antes de ontem, na cidade de Londrina, um Vereador denunciava aquilo que nós já antevíamos, para com a administração pública deste Estado.

E ontem, em minha cidade, que é Ponta Grossa, o líder da ARENA, na Câmara de Vereadores, Vereador Adail Mendes, líder do Governo do município, fazia com que aquelas autoridades, os vereadores, olhassem com maior carinho as cláusulas que não estão sendo cumpridas pela SANEPAR para com o município de Ponta Grossa. Estamos nesta tribuna, Srs. Deputados, para referendar de que aquela Lei nº 2.725, a qual nós participamos como vereador em Ponta Grossa, da sua aprovação para passar o convênio da administração de água e saneamento para a SANEPAR.

Esteve em minha cidade, o então Presidente Mário Brandalize fazendo além das cláusulas contratuais, fazendo promessas como Presidente daquela autarquia.

E hoje, para vergonha deste Paraná, para vergonha do Sr.

Governador do Estado do Paraná, temos o Prefeito de Ponta Grossa, o ilustre Prefeito da ARENA, nosso conterrâneo Amadeu Puppi, que no último dia 23 de julho oficiara ao supervisor deste serviço em meu município, indagando o porque do não cumprimento do contrato, pedindo urgência na resposta, e, até hoje, aquele supervisor não teve a coragem de responder ao Prefeito Municipal. Ontem, Sua Excelência o Sr. Amadeu Puppi, indignado pela má atenção dos servidores da SANEPAR no meu município, mandou um telex ao Ministro Rangel Reis, pedindo esclarecimentos sobre o PLANASA, e qual seria a melhor forma de rescisão do contrato, da rescisão do convênio feito entre a Prefeitura de Ponta Grossa e o Governo do Estado do Paraná representado pela SANEPAR.

Aí está, Senhores Deputados, a incompetência administrativa já no início desta gestão onde vemos alguém que está se atendendo aquilo que é primordial, que são os contratos e convênios assinados.

O SR. GILBERTO CARVALHO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço primeiramente o aparte que V. Exa. me concede, mas, pedi-o para apenas levar ao conhecimento de V. Exa. que, em parte, V. Exa. tem razão no pronunciamento que fez. Digo em parte porque infelizmente nós tivemos uma época na SANEPAR, em que foi convidado pelo Diretor Técnico, um engenheiro defora do Paraná e que aqui veio como sendo uma pessoa de grandes conhecimentos, e este Diretor Técnico assumiu sérios compromissos como este de Ponta Grossa, como o de Jandaia do Sul, que tenho a honra de representar, com compromisso escrito de iniciar o serviço de esgoto neste mês de julho. A Prefeitura e o município deram a concessão à SANEPAR, mediante este compromisso, iniciar o serviço de esgoto no mês de julho. Não foi possível, só sabemos que não vai cumprir dentro de poucos meses.

Creio que na mesma situação está Ponta Grossa, mas quero informar a V. Exa. que o Governador tem conhecimento disto, e preocupou-se, foi a Brasília procurar resolver de maneira a poder cumprir esse compromisso assumido, e a SANEPAR não tem suporte necessário para cumprir a curto prazo, este compromisso assumido, e nós sabemos, foi conseguido pelo governo, recursos, a fundo perdido, para ser destinado a estes municípios com estes contratos e estes compromissos firmados.

Prometo trazer a V. Exa. não sexta-feira porque teremos somente meio expediente, sessão pela amanhã, talvez não dê tempo, mas na terça-feira voltarei ao assunto, e, àquilo que foi conseguido a fundo perdido para Ponta Grossa, e se possível, uma previsão da época.

O motivo do acontecido, a culpa não é do atual Diretor, é dos compromissos assumidos por orientação daquele ex-Diretor Técnico que felizmente não está mais hoje, no Paraná, já foi dispensado. Haveremos, dentro das possibilidades, de dar atendimento necessário a estes municípios. E ouvindo o apelo da SANEPAR, deu a concessão, fazendo este convênio que o Governo haverá de cumprir, não no mesmo prazo, mas com um pequeno atraso.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Fiquei entusiasmado com o aparte do vice-líder da ARENA nesta Casa e não poderia ser de outra forma, tendo em vista o grande respeito que temos por ele. Todavia já denunciemos a mesma SANEPAR com referência a problemas análogos em Cascavel e outras cidades de minha região, que humildemente temos a honra de aqui representar. Acontece que a SANEPAR já fez “tábua rasa” em todo o Paraná a este não atendimento ao prazo marcado.

Ocorre que uma Diretoria quando firma uma posição é inteiramente lógico que deve ter em mente em prazo viável e exequível para o compromisso que assume.

Aproveitaria a oportunidade, pedindo vênias ao nobre orador, para que o mesmo Vice-líder anotasse os problemas atinentes a Cascavel, porque já não há possibilidade da construção de edifícios em determinados locais, principalmente no centro da cidade, porque não há esgoto, não tem planejamento do Estado para a instalação, e se há não se sabe disto. Pediria a S. Exa., com todo o respeito que lhe tenho, para que aproveitasse para também procurar uma modalidade de solução para o caso de Cascavel.

Congratulo-me com seu pronunciamento, Deputado Luiz Carlos Zuk e sinto que Ponta Grossa, uma das mais belas cidades de nosso Estado e que está numa situação como está Pato Branco e tantas outras que faço questão de não declinar os nomes, para fazê-lo em outra oportunidade mais adequada.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Agradeço os apartes do Deputado Gilberto Carvalho e de nosso companheiro Fidelcino Tolentino e queria, antes de conceder o aparte ao Deputado Deni Schwartz, dizer que este nosso posicionamento na tribuna nada mais é do que referendar aquilo que pensa a comunidade de Ponta Grossa. S. Exa. o Prefeito designou uma Comissão que, por força do convênio, iria receber o inventário do passamento do acervo do extinto serviço de Água e Saneamento. Mas nesta última semana quando esta Comissão recebeu das mãos dos funcionários da SANEPAR os valores estipulados, não os aceitou. Viu que pelo critério adotado pela SANEPAR, os valores atribuídos à extinta autarquia municipal, não correspondiam com a realidade. De imediato aquela Comissão não aceitou da SANEPAR os valores atribuídos àquele patrimônio.

Viu, que além da morosidade do trabalho a ser ali implantado pela SANEPAR, além da falta de cumprimento do contrato, tinha a atual administração da SANEPAR, esta que está aí implantada, feito com que o patrimônio fosse avaliado por um valor que não correspondia à realidade. A Comissão nomeada pelo Prefeito Municipal entrou em entendimento com a Diretoria da SANEPAR, não acatando aquela avaliação.

E alguém responsável pela SANEPAR dizia que aquele elemento teria que trazer imediatamente uma resposta, um sim ou não, do passamento do acervo.

Ontem, na Câmara Municipal de minha cidade, vimos que os homens do MDB e a maioria dos Vereadores que são da Aliança Renovadora Nacional, que também aprovaram, como eu aprovei esse convênio, ontem, eles resguardaram os interesses da comunidade, resguardaram o dinheiro do povo de Ponta Grossa que a SANEPAR foi lá e tirou. Hoje, através desta Comissão a SANEPAR ainda tenta usurpar mais e tomar um patrimônio muito maior, três vezes aquilo que a Sanepar deseja indenizar.

O SR. DENI SCHWARTZ – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O vice-líder do Governo nesta Casa, ao acusar o antigo diretor dizia que o antigo diretor fez planos e assumiu compromissos impossíveis de serem cumpridos, e isso abre caminho para responsabilizarmos homens públicos que não são tão dignos para tais postos. Senão vejamos: aqui se fala em promessas da SANEPAR. Na minha cidade também se comprometeu a SANEPAR a iniciar o serviço de esgoto em troca da cessão do serviço de água, que lá já estava em funcionamento. Mas, nos pequenos municípios, como no caso de Verê, que foi iludido e que faço questão de mostrar, porque ali envolve dinheiro. Foi feito um orçamento prévio, a água custaria 280 mil cruzeiros. A Prefeitura deveria entrar com 25 por cento, e desde 1973 vem pagando e já pagou a sua importância, de 70 mil cruzeiros. Agora recebe da Sanepar o aviso de que o serviço não poderá ser mais feito por aquele preço, e agora custará 800 mil cruzeiros – e o serviço não foi nem sequer iniciado. E a prefeitura, que desde 1973 vinha recolhendo religiosamente aos cofres da SANEPAR a importância que totalizaria sua participação, terá que se comprometer com mais 120 mil cruzeiros.

Pequenos municípios que estão sendo traídos na boa fé dos seus Prefeitos. Como esse Prefeito de Verê vai prestar contas do Fundo de Participação dos Municípios, num serviço que não foi feito? Tem que prestar contas dessa verba e o dinheiro está na SANEPAR, não está tendo correção monetária, nem juros e o serviço de água nem sequer foi iniciado. Mais um erro técnico da SANEPAR. Desde 1961 o professor Max, professor de Geologia da Universidade do Paraná, afirmava aos 4 ventos que no Sudoeste do Paraná era impossível se retirar água através de poços artesanais. E na última administração da Sanepar semearam-se poços artesanais, às custas da Prefeitura, sabendo-se que não haveria condições de receber água e as Prefeituras de 6 ou 7 municípios, lá estão com esses poços abandonados.

Não é possível que se procure responsabilizar o passado por erro de governo. Por isso, talvez esteja aí o início, a constituição de uma Comissão para investigar quem é o responsável. Porque, por exemplo, o Prefeito de Verê não tem condições de prestar contas de seu dinheiro, que está nas mãos da SANEPAR e o serviço não tem condições nem de ser iniciado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do Deputado

Deni Schwartz, e queria Srs. Deputados, fazer com que a posição de Ponta Grossa, referendada por outros municípios do Paraná, alguém realmente tem que se responsabilizar e este Governo que aí está, responsável que é pela continuidade dos convênios assinados e o orador que me antecedeu já justificava que desmandos administrativos podem ser corrigidos. Agora, responsabilidades administrativas também terão que ser atribuídas. Não é pela constatação de um outro engenheiro, de um ou outro sanitarista que as Prefeituras, como não só a de Ponta Grossa, mas de todo o Paraná, vão ficar à mercê de um órgão como a SANEPAR. Porque acredito que a maioria seja capacitada, seja responsável e não é somente com a presença de um senhor irresponsável dentro daquela autarquia na administração passada, que todo Paraná venha a ter uma insatisfação. Que isso sirva como um alerta a este Governo que aí está implantando com boa intenção, mas que infelizmente não tem boa ação. Essa ação nefasta em termos de saneamento no Paraná, essa ação pela qual o governo é responsável, tem S. Exa. o Sr. Governador do Estado a responsabilidade de corrigir, no início de sua administração, porque acreditamos que de agora em diante não fará S. Exa. ouvidos de mercador, quando o Paraná, através de seus representantes, faz com que sejam levantados aqui, coisas que alguém escondeu do Sr. Governador.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa. permite um aparte?:
(Assentimento)

V. Exa. quando faz uso desta tribuna, tenho por costume ficar atento ao seu pronunciamento. Tenho sempre recebido esses pronunciamentos no sentido de colaboração. E não é desta vez que seria ao contrário.

V. Exa. juntamente se pronuncia num assunto que é do interesse de todos os municípios do Paraná. Ouvindo atentamente esse seu pronunciamento, não poderia furtar-me a dar minha parcela de colaboração a V. Exa. há de convir que a SANEPAR, depende quase que diretamente de recursos do BNH, para efetivação dos serviços de água, principalmente. E ontem casualmente dirigir-me àquela autarquia e tive a grata satisfação de conversar com o Diretor Técnico da mesma que me informou que o Governador Jaime Canet Júnior está empenhado junto ao BNH na liberação da verba, para no prazo máximo de 3 anos ampliar os serviços de água em todos os municípios do Estado do Paraná. É com a máxima satisfação, Deputado Zuk, que hoje trago essa informação. E quicá a nossa cidade de Ponta Grossa seja uma das beneficiada de imediato com a liberação dessa verba do BNH. Agradeço, nobre Deputado, o aparte que me concedeu.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica que restam apenas 3 minutos para o término da sua oração.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do Deputado

Jurandir Messias e queria, ao completar esse assunto que seria o primeiro desta tarde, que é o assunto com referência a SANEPAR, porque pretendia analisar mais um, referente a outro órgão vinculado ao Governo do Estado, que é a PARANATUR.

Mas deixaremos, pela escassez do tempo, para o dia de amanhã, para a sessão de sexta-feira.

Ao finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que queremos é alertar S. Exa. o Sr. Governador do Estado. O que trazemos a esta Casa é aquela mesma intenção que tínhamos quando ocupávamos a cadeira de Vereador da cidade de Ponta Grossa.

Na qualidade de representantes da cidade de Ponta Grossa, juntamente com o deputado David Federmann, queremos levar ao Governo que o respaldo político que tem a cidade de Ponta Grossa, uma vez que o seu Prefeito é da ARENA, tem obrigação do Governo do Estado de sanar esta irregularidade. Será uma vergonha, não para este Estado, mas uma vergonha nacional, um Prefeito da Arena pedir a rescisão de um convênio com a própria Arena, com o Governo do Estado do Paraná. Aí está uma falha que não pode ser corrigida, que alertamos de ante-mão e que no dia de amanhã haveremos de cobrar da administração pública deste Estado. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Registramos a presença do Vereador Atilio P. Lima, de Araucária.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49/75, de autoria da Comissão Executiva, que dá nova redação ao item "B" do número "1", do § 2º do artigo 3º da Resolução n.º 37/75. Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 121/75, de autoria do Dep. Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo asfaltar a estrada que liga o município de Palmeira a Ponta Grossa. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.O.P.T.C. e favorável da C.F. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 50/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 159/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando realização de pesquisa operacional sobre modelos de atendimento ao Grupo Materno Infantil a ser realizado em Curitiba. Parecer favorável da C.C.J. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem).

Sr. Presidente, solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência esclarece que já havia anunciado a 2ª discussão do Projeto de Lei n.º 50/75. Trata-se portanto, de matéria vencida, nestas condições dá continuidade à sessão.

Em votação o Projeto de Resolução n.º 50/75. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 51/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 67/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o Município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, aplicando Dotações e Verbas que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 56/75, de autoria do Dep.

Antônio Facci, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância da cidade de Maringá.
Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 51/74, de autoria do Dep. Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade São Vicente de Paula, da cidade de Londrina. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 51/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paula, com sede na Cidade de Londrina.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1974.

a) **ANTÔNIO BELINATI.**

JUSTIFICATIVA.—

A Sociedade São Vicente de Paula, com sede na Cidade de Londrina, que ora se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos para atingir seu fim, pois tem seus estatutos registrados no cartório de Pessoas Jurídicas competentes; vem funcionando de forma efetiva desde 1966; tem por fim a construção, administração e manutenção de obras, visando o amparo espiritual, moral e material dos pobres. Finalmente, os membros de sua diretoria não percebem qualquer remuneração, conforme fica comprovado pelo documento anexo.

Assim, pois levamos o presente Plano da Lei à apreciação dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 51/74

Objetiva este Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Antonio Belinati, declarar de Utilidade Pública a Sociedade São Vicente de Paula, com sede na cidade de Londrina.

Efetivamente, trata-se de uma entidade que está em atividade desde 1966, vem prestando assistência espiritual e material aos pobres, tem finalidade altamente filantrópica e satisfaz plenamente os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual a respeito da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do projeto em análise.

É o parecer.

Sala das Comissões, 04 de junho de 1975.

a) **ACCIOLY NETO** — Presidente

a) **DENI SCHWARTZ** — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 16/75, de autoria do Dep. Alfredo Gulin, que autoriza o Poder Executivo construir um prédio em alvenaria na sede do município de Imbituva, destinado ao funcionamento de Curso de 1º Grau. **Pareceres CONTRÁRIOS DA C.C.J. e C.F. e favorável com SUBSTITUTIVO da C.O.P.T.C. — Rejeitado.**

PROJETO DE LEI Nº 16/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um prédio de alvenaria, destinado ao funcionamento de Curso de 1º Grau, parte final (do 5º ao 8º ano), na sede do Município de Imbituva;

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1975.

a) **ALFREDO GULIN.**

Justificação:

O município de Imbituva se ressentia da falta de um prédio capaz de atender um número elevado de crianças em idade escolar.

Assim, sendo, solicitamos dos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 16/75

O projeto de lei em tela busca oferecer autorização ao Poder Executivo para a construção de um prédio de alvenaria no Município de Imbituva, para o funcionamento do Curso de 1º Grau.

A proposição fere dispositivo constitucional que veda ao Legislativo iniciativa de Lei que autorize, crie ou aumente a despesa pública.

Sendo manifestamente inconstitucional o projeto de lei em estudo, opinamos pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975.

aa) **ACCIOLY NETO** — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 16/75

De autoria do ilustre Deputado ALFREDO GULIN, o Projeto de Lei em tela autoriza o Poder Executivo a construir um prédio de alvenaria no Município de Imbituva, destinado ao funcionamento de curso de 1º grau.

A dita Comissão de Constituição e Justiça se manifestou contrariamente a aprovação da matéria, por entender que ela é inconstitucional.

Nestas condições, fica prejudicada qualquer opinião desta Comissão sobre o Projeto.

Pela rejeição, é o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1975.

aa) **QUIELSE CRISÓSTOMO** — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 16/75

De autoria do nobre Deputado Alfredo Gulin, objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a construir um prédio de alvenaria, destinado ao funcionamento de Curso de 1º Grau, parte final (do 5º ao 8º ano), na sede do Município de Imbituva.

Não obstante as doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças já opinarem contrariamente a este plano de lei, achamos que a medida é justa e oportuna, pois vem beneficiar

elevado número de crianças em idade escolar de um importante Município de nosso Estado.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, pela aprovação na forma do Substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1975.

aa) **ALFREDO GULIN** — Presidente

LINEU TURRA — Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 16/75

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a incluir ao plano de obras do Estado, a construção de um prédio de alvenaria destinado ao funcionamento de Curso de 1º Grau, parte final

(do 5º ao 8º ano), na sede do Município de Imbituva, consignando na Lei de Meios de 1976, a dotação financeira para atendimentos das despesas.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1975.

a) ALFREDO GULIN — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 70/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 23/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre o valor da pensão mensal estipulada para as viúvas de ex-Presidentes, ex-Interventores e ex-Governadores do Estado do Paraná, fixado na Lei 6468, de 18 de outubro de 1973 e dá outras providências. **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 70/75

O Projeto de Lei em tela oriundo de Mensagem Governamental, visa estabelecer novos valores a pensão estipulada às viúvas de ex-Presidentes eleitos, ex-Interventores e ex-Governadores eleitos do Estado do Paraná, fixados na Lei nº 6468 de 18 de outubro de 1973.

Os motivos que são apresentados pelo Chefe do Poder Executivo através da Mensagem 23/75, nos convence da sua oportunidade e do seu alto significado.

Isto exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ACCIOLY NETO — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 70/75

O presente Projeto de Lei, oriundo de Mensagem Governamental, visa estabelecer novos índices de valores às pensões mensais estipuladas as viúvas de ex-Presidentes, ex-Interventores e ex-Governadores do Estado do Paraná.

A mensagem vem devidamente instruída com a exposição de motivos apresentado pelo Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, justificando a oportunidade e o alto sentido da proposição.

A Comissão de Constituição e Justiça já se manifestou favoravelmente ao Projeto.

Quando ao entendimento desta Comissão, temos a opinar pela sua aprovação, tendo em vista a sua elevada e meritória significação.

Isto exposto, o nosso parecer é favorável.

É o parecer,

S. M. J.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) GILBERTO CARVALHO — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Rodrigues, residente em Rosário, Distrito de Grandes Rios. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Helmuth Weiss, comerciante, industrial e agricultor, no município de Goioerê. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos,

constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 25/75. — **APROVADO.**

O SR. PRESIDENTE — Com relação às questões de ordem levantadas, esta Presidência tem a esclarecer que caberá ao Deputado, quando meio regimental não mais resta à Comissão Executiva, para deferir as questões de ordem, encaminhar o recurso para que a Casa tenha condições de apreciação.

Em razão tão somente disso é que esta Presidência definiu e decidiu da forma em que apresentou, quando no atendimento à questão de ordem do ilustre Deputado que a havia solicitado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço a V. Exa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Polícia Militar do Estado do Paraná, pela passagem no próximo dia 10 do corrente, de seu 121º aniversário de fundação. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Telepar, no sentido de serem instalados postos de Telefonia em diversas localidades. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de serem encaminhadas providências para continuidade dos trabalhos de retificação da estrada Teixeira Soares a Ponta Grossa. — **APROVADO.**

Requerimento, de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em pedido de informações, referente a construção da Ponte do Rio Xambrê, no município de Francisco Alves, ligando Vila Nilza (leomar). **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da República, encaminhando sugestões desta Casa, no sentido de que dentro do processo gradual e lento de redemocratização, e numa demonstração da honestidade de suas intenções de ver instalado neste País o Estado de Direito, haja por bem de, por sua iniciativa, dividir com os Presidentes do Judiciário e do Legislativo os poderes excepcionais que lhe são conferidos pelo AI — 5. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro, encerrada a presente sessão, marcando outra, para sexta-feira, dia 8, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na sala de reuniões com a presença dos Srs. Deputados: Rosário Pitelli, Nelson Buffara, Werner Wanderer, Jurandir Messias e Edilson Alencar. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 190/74 — De autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, que denomina "Grupo Escolar Otalípio Pereira de Andrade", o atual Grupo Escolar de Bateias, município de Campo Largo. Relator: Deputado Edilson Alencar. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 79/74 — De autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executi-

